



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/06/2014 ATÉ 23/06/2014



INDÍCE

1	BLOG DANIEL MATOS	
	1.1 VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	1
2	SINDJUS	
	2.1 SINDJUS.....	2
3	SITE 180 GRAUS	
	3.1 JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
4	SITE ADVOGADO NEWS	
	4.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
	4.2 PROCESSO SELETIVO.....	5
	4.3 TELEJUDICIÁRIO.....	6
5	SITE FOLHA DO BICO	
	5.1 VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	7
6	SITE JUSBRASIL	
	6.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	8
	6.2 CURSOS.....	9
	6.3 JUIZADOS ESPECIAIS.....	10
	6.4 PLANTÃO NO TJMA.....	11
	6.5 TELEJUDICIÁRIO.....	12
7	UNIVERSO PÚBLICO	
	7.1 UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	13

Nem sinal de obra

Quase um mês após a Justiça ter ordenado à construtora Serveng Civilsan que recupere o trecho danificado do prologamento da Avenida Litorânea, não há nenhum sinal de obra no local. A obra foi inaugurada há um ano e meio, mas já apresenta uma série de problemas estruturais.

A situação mais grave é a do calçadão, onde muitas pessoas circulam e se expõem a todo instante ao risco de acidentes. Para tentar resolver o problema, a Prefeitura de São Luís ajuizou ação judicial e obteve uma liminar que manda a empreiteira corrigir as falhas que cometeu na execução do projeto.

A decisão, proferida no início de maio pelo juiz Cícero Dias de Sousa Filho, da 4ª Vara da Fazenda Pública, poderá resultar em importante ganho à infraestrutura viária e paisagística de São Luís.

Contratada pela prefeitura em 2010 por mais R\$ 143 milhões para executar a obra, a empresa, segundo comprovou a administração municipal na atual gestão, realizou um serviço malfeito, tanto que agora a estrutura está comprometida.

Obrigada judicialmente a corrigir os erros que cometeu, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil, a empresa ainda não se mobilou para reparar o grave dano que causou à cidade.

Sindjus-MA trata com a PGE a implantação dos 11,98% para servidores que não tiveram o benefício previdenciário

Os diretores do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão, Márcio Luís Andrade, (Presidente em exercício), Pedro Davi (Vice-presidente em exercício), e o Assessor Jurídico do Sindjus-MA, Pedro Duailibe Mascarenhas, estiveram reunidos com a Secretária Adjunta de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais - Segep, Maria da Graça Cutrim, para tratar da implantação dos 11,98% aos aposentados e pensionistas que tiveram o benefício previdenciário concedido sem paridade legal. A Segep não aplicou o índice dos 11,98% da URV por entender que esse benefício não se estende aos servidores, por se tratar de um reajuste aos aposentados e pensionistas, visto que eles só fazem jus a índices determinados pelo Poder Executivo. Entretanto, o Sindjus-MA e sua Assessoria Jurídica contesta o entendimento da Segep, pois a sentença judicial do índice de 11,98% da URV que transitou em julgado no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), foi para todos os servidores do judiciário maranhense sem nenhuma distinção. Segundo Márcio Luís Andrade o Sindjus-MA questionou o posicionamento da Segep, que desfavorece os servidores aposentados e pensionistas que tanto contribuíram para o judiciário maranhense e possuem decisão legal do STJ. “A não aplicação da URV implica em perdas salariais significantes aos servidores que não possuem paridade legal. Essa decisão da Segep reduz o salário dos aposentados e pensionistas atingindo diretamente a subsistência deles e de suas famílias”, disse Márcio Luís Andrade. Para resolver o impasse, a diretoria do Sindicato tratou do assunto com a Secretária da Segep, Maria da Graça Cutrim que entendeu a preocupação dos diretores do Sindjus-MA, e a pedido do Sindicato formulou uma consulta a Procuradoria Geral do Estado, para que o órgão se manifestasse a respeito do processo para solução da incorporação dos 11,98% aos aposentados e pensionistas sem paridade legal. O ofício então foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado - PGE, e o Sindjus-Ma já contactou com o Procurador do Estado, Adriano Rocha Cavalcante, responsável pelo processo. “Fomos recebidos pelo Procurador Adriano Rocha Cavalcante e explicamos a importância dessa matéria para os servidores aposentados e pensionistas a cerca desse índice dos 11,98%. Fomos recebidos pelo Procurador do Estado, que se mostrou solícito a situação destes servidores e afirmou que o mais breve possível vai dar um posicionamento aos servidores sobre a implantação do índice da URV para os servidores”, disse Márcio Luís Andrade.

3º Juizado Especial já está funcionando provisoriamente no Fórum

A partir desta segunda-feira (23) o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo já está funcionando no 2º andar do prédio antigo (ao lado da Defensoria Pública) do Fórum Desembargador Sarney Costa. Todos os serviços encontram-se normalizados. A instalação do Juizado na sede do Fórum da capital é provisória. A mudança de endereço se deu em função do péssimo estado de conservação em que se encontra o prédio do 3º Juizado (Avenida dos Africanos, Bairro de Fátima).

Em função da transferência da unidade, os serviços do Juizado haviam sido interrompidos desde o dia 12 de junho, para que fosse providenciada a mudança. A medida consta de portaria assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney

Comarca de Loreto divulga número de inscritos para casamento comunitário

Projeto Casamento Comunitário promovido pela CGJ

Comarca de Loreto divulga número de inscritos para casamento comunitário23

JUN
2014
09:06

A Comarca de Loreto, localizada a 688 quilômetros de São Luis, está com uma cerimônia de Casamento Comunitário marcada para o próximo mês de julho. A solenidade vai acontecer no dia 16, em São Félix de Balsas, termo judiciário, e vai reunir 38 casais.

De acordo com o juiz Marcos Aurélio Veloso de Oliveira, titular da comarca, o casamento está marcado para o horário das 18h, no espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Félix de Balsas. “Os noivos inscritos para esta cerimônia são residentes da cidade, que possui pouco mais de 4.000 (quatro mil) habitantes, incluindo aqueles que têm domicílio nos povoados de menor acesso”, ressaltou o magistrado.

O juiz destaca, ainda, que uma festa está programada para o dia da cerimônia que se iniciará com um dia de beleza oferecido às noivas e se encerrará com o corte do bolo e Buffet. “Como de praxe, teremos sorteio de vários brindes para os noivos, doados pelos comerciantes locais, parceiros do projeto no município”, afirmou.

Para o juiz Marcos Aurélio, a realização do casamento comunitário no termo é de grande importância, vez que possibilitará a muitos casais a devida legalização da união sem qualquer custo aos nubentes. “Esse projeto é um grande presente para a comunidade em geral, já que todos os atos do casamento comunitário são gratuitos”, finalizou Marcos Aurélio.

Instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão em 1999, o Projeto Casamentos Comunitários tem por objetivo facilitar a oficialização da união de casais em todo o estado. Só esse ano, quase mil casais já foram beneficiados com a iniciativa.

Associação dos Magistrados lança concurso para estudantes e operadores do Direito

Estão abertas as inscrições para o concurso da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) que vai selecionar trabalhos para serem apresentados durante o Congresso “Os novos desafios da Magistratura Brasileira”, que acontece nos dias 27 a 29 de agosto, no Fórum Desembargador Sarney, Bairro Calhau. Profissionais e estudantes de Direito e áreas afins poderão concorrer em duas categorias: pôsteres e artigos, cujas inscrições deverão ser realizadas até o dia 20 de julho no sítio eletrônico da Associação www.amma.com.br.

Na categoria artigos científicos serão selecionados cinco trabalhos da comunidade acadêmica e cinco de profissionais, que serão apresentados na forma de comunicação oral durante o evento. Somente será aceito um artigo por candidato e não será admitida coautoria. A premiação para os ganhadores será um tablet, um ipod ou uma publicação jurídica, respectivamente para 1º, 2º e 3º lugar, tanto no segmento estudantes como no de profissionais.

Também serão selecionados pôsteres para exposição durante o congresso. Nessa categoria, os trabalhos deverão fazer referências a pesquisas já concretizadas ou em andamento que façam referência ao tema central “Novos desafios da Magistratura Brasileira”. A finalidade das exposições dos pôsteres é promover troca de experiências e futuros debates entre grupos de pesquisa e pesquisadores da graduação e pós-graduação.

De acordo com o diretor acadêmico da AMMA, juiz Holídice Barros, o concurso tem a finalidade de promover a aproximação entre os operadores do Direito e destes com a sociedade. Os resultados das seleções saem até o dia 20 de agosto de 2014.

Os editais 01 e 02 podem ser baixados clicando no link que segue abaixo, em “Arquivos Publicados”.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

Telejudiciário e Ouvidoria passam a funcionar no Fórum de São Luís

A unificação dos serviços visa maior agilidade no tempo de resposta às demandas

O Telejudiciário e a Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão estão funcionando integrados num mesmo ambiente, no andar térreo do Fórum de São Luís (Calhau), em frente ao Centro de Conciliação. Com a unificação, ambos os órgãos passam a atender pelo número 0800 707 1581 (ligação gratuita).

O Telejudiciário funcionava no segundo andar da sede do TJMA (Av. Pedro II). Já a Ouvidoria, estava instalada no Shopping do Cidadão, no Jaracati. A mudança, proposta pelo ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten Pereira, visa proporcionar maior aproximação dos órgãos com a população e agilidade no tempo de resposta das demandas.

“Ambos são canais que aproximam o cidadão do Poder Judiciário. O Telejudiciário, além de informar e orientar os que procuram a Justiça estadual, auxilia a Ouvidoria atendendo e encaminhando manifestações dos usuários sobre a qualidade das atividades jurisdicionais”, destaca Velten Pereira.

Nos últimos quatro meses, o Telejudiciário foi acionado por mais de 6 mil pessoas interessadas em informações sobre o Poder Judiciário, além de consultas às movimentações processuais, plantões, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras 42 opções disponíveis.

Uma equipe de 17 atendentes, um supervisor e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor. Em média, são atendidas 3 mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 42 serviços diferenciados. A média diária do trimestre é de 143 atendimentos. O serviço pode ser acessado também pelo e-mail telejudiciario@tjma.jus.br.

Utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema ATTENDE. A ferramenta permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses sejam encaminhadas automaticamente à Ouvidoria do TJMA, por meio de sistema unificado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

OUVIDORIA - O setor da ouvidoria recebe dúvidas, reclamações, pedidos de informação, denúncias, sugestões, recursos e elogios formulados pelos cidadãos a respeito do Judiciário e dos serviços prestados pelos servidores e magistrados. Em 2013, o item “reclamações” liderou a lista das manifestações, com 2.222 registros; em segundo lugar, “pedidos de informação”, com 590; em seguida, “denúncias”, com 104, e “dúvidas”, com 76 registros.

O serviço pode ser acionado, pelo 0800 707 1581, por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br), “Fale Conosco” da Corregedoria e da Presidência, e audiências públicas nas comarcas.

Entre as atribuições do órgão está o gerenciamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do TJMA, que

consiste no recebimento, registro, controle e resposta das solicitações encaminhadas à ouvidoria.

O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um criterioso trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.

Irma Helenn

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

Justiça determina que Hospital Carlos Macieira só atenda servidor estadual, em São Luís

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, suspendeu a cessão do Hospital Carlos Macieira para a Secretaria de Estado da Saúde (SES). O hospital deve ser devolvido para a administração do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão (Fepa) e destinado exclusivamente para os servidores públicos estaduais.

A liminar é do dia 11 de junho de 2014. Na decisão, a magistrada estabeleceu multa diária de R\$ 2 mil em caso de descumprimento da decisão.

A decisão foi concedida na ação civil pública proposta pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CBT); sindicatos dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais (SINROESEMMA), dos Policiais Civis (SINPOL), dos Servidores da Saúde (SINDSESMA) e dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS); além da Associação dos Servidores Públicos Militares (ASSEPMMA). A ação foi proposta contra o Estado do Maranhão e o Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONSUP).

Os requerentes afirmam que foi alterada a destinação específica do Hospital Carlos Macieira, transformando-o de Hospital dos Servidores Públicos em simples ativo financeiro arrecadador de renda para o Fepa, através de sua cessão, a título oneroso, para a Secretaria de Saúde.

As entidades alegam que a cessão do hospital para a secretaria constitui ato de alienação ilegal de bem público, pois foi feita sem prévia autorização da Assembleia Legislativa do Maranhão. Afirmam ainda que a unidade Carlos Macieira é um complexo médico-hospitalar oriundo do antigo Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (Ipem).

Na liminar, a juíza Luzia Neponucena destaca que a alteração de finalidade, objetivo fim e não, meio do Hospital Carlos Macieira, através da Resolução do CONSUP, constituiu-se em usurpação de competência da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o artigo 30 da Constituição Estadual. Ressalta também a magistrada que os bens do extinto Ipem passaram a constituir o patrimônio do FEPA, cuja alienação de bens imóveis depende de autorização legislativa específica, nos termos da Lei Complementar nº 40/98.

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) afirmou que vai recorrer da decisão judicial de devolver o Hospital de Alta Complexidade Carlos Macieira ao atendimento exclusivo dos servidores públicos estaduais. A unidade de saúde faz parte atualmente da rede estadual de saúde e atende milhares de pessoas com serviços de excelência. “Com o devido respeito à decisão da magistrada, a fundamentação é completamente equivocada e com certeza iremos demonstrar isso no recurso que estamos preparando para o Tribunal de Justiça. O HCM, o Hospital Tarquínio Lopes Filho e o Macro de Coroatá são referência para toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) na alta complexidade e UTI”, argumentou o secretário estadual de Saúde, Ricardo Murad.

Para o Hospital Carlos Macieira são encaminhados todos os pacientes que necessitam de internação clínica especializada, que dão entrada em outras unidades de saúde estaduais, em São Luis e no interior do Maranhão. “Não é possível retirar do SUS o Hospital da Alta Complexidade Carlos Macieira porque sem ele para atender os pacientes referenciados de todos os recantos do Estado teremos o caos”, enfatizou o secretário. (G1 MA.

Foto: Divulgação/ Secom)

Comarca de Loreto divulga número de inscritos para casamento comunitário

Projeto Casamento Comunitário promovido pela CGJ

A Comarca de Loreto, localizada a 688 quilômetros de São Luis, está com uma cerimônia de Casamento Comunitário marcada para o próximo mês de julho. A solenidade vai acontecer no dia 16, em São Félix de Balsas, termo judiciário, e vai reunir 38 casais.

De acordo com o juiz Marcos Aurélio Veloso de Oliveira, titular da comarca, o casamento está marcado para o horário das 18h, no espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Félix de Balsas. Os noivos inscritos para esta cerimônia são residentes da cidade, que possui pouco mais de 4.000 (quatro mil) habitantes, incluindo aqueles que têm domicílio nos povoados de menor acesso, ressaltou o magistrado.

O juiz destaca, ainda, que uma festa está programada para o dia da cerimônia que se iniciará com um dia de beleza oferecido às noivas e se encerrará com o corte do bolo e Buffet. Como de praxe, teremos sorteio de vários brindes para os noivos, doados pelos comerciantes locais, parceiros do projeto no município, afirmou.

Para o juiz Marcos Aurélio, a realização do casamento comunitário no termo é de grande importância, vez que possibilitará a muitos casais a devida legalização da união sem qualquer custo aos nubentes. Esse projeto é um grande presente para a comunidade em geral, já que todos os atos do casamento comunitário são gratuitos, finalizou Marcos Aurélio.

Instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão em 1999, o Projeto Casamentos Comunitários tem por objetivo facilitar a oficialização da união de casais em todo o estado. Só esse ano, quase mil casais já foram beneficiados com a iniciativa.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Inscrições abertas para curso de memorização e aprendizagem acelerada

Depois do sucesso da primeira edição, o recordista nacional de memória, Renato Alves Nunes, estará novamente à disposição dos servidores do Judiciário estadual na palestra que aborda dinâmicas para aumento do foco e da concentração e ensina técnicas comprovadamente eficazes para um melhor rendimento da memória.

O treinamento será realizado no dia 3 de julho, nos turnos matutino (das 8h às 12h) e vespertino (das 14h às 18h), no auditório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Para se inscrever é necessário acessar o sistema acadêmico Tutor, até o dia 27 de junho. As vagas são limitadas.

A primeira edição da palestra reuniu mais de 100 servidores de diversas unidades jurisdicionais, interessados em desenvolver a habilidade no raciocínio, aprender as técnicas para alcançar maior absorção de informações e a permanência delas na memória, entender a dinâmica da gestão dos pensamentos e como isso pode diminuir a ansiedade e otimizar o trabalho e os estudos.

O material didático da palestra será entregue a todos os participantes gratuitamente. Ele contém dicas importantes para continuidade das dinâmicas aprendidas durante o treinamento.

Comunicação ESMAM

(98) 3235-3231 - ramal 220

3º Juizado Especial já está funcionando provisoriamente no Fórum

A partir desta segunda-feira (23) o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo já está funcionando no 2º andar (prédio antigo) do Fórum Desembargador Sarney Costa. Todos os serviços encontram-se normalizados. A instalação do Juizado na sede do Fórum da capital é provisória. A mudança de endereço se deu em função do péssimo estado de conservação em que se encontra o prédio do 3º Juizado (Avenida dos Africanos, Bairro de Fátima). Em função da transferência da unidade, os serviços do Juizado haviam sido interrompidos desde o dia 12 de junho, para que fosse providenciada a mudança.

A medida consta de portaria assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney. Entre outras causas relatadas no documento para a transferência do Juizado, estado de insalubridade do ambiente de trabalho, em face da presença de pombos e ratos no local, a falta de estacionamento para atender à comunidade e advogados, e a insegurança, inclusive aos transeuntes, bem como a necessidade do Judiciário de preservar a integridade física de todos que freqüentam o ambiente do Juizado: magistrado, servidores, partes e advogados, e favorecer um espaço apropriado à população.

Abrangência - Tendo como titular o juiz Mario Prazeres Neto, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo possui cerca de 5.357 processos em tramitação, entre processos físicos e virtuais. A média mensal de processos distribuídos na unidade é de 215. Segundo informações da secretaria do Juizado, 65% dos processos são ajuizados pelas partes, sem advogados.

A área de abrangência do 3º Juizado Especial compreende: Avenida Jerônimo de Albuquerque, Avenida Kennedy, Avenida João Pessoa, Avenida dos Franceses, Areinha, Parque Amazonas, Parque de Fátima, Parque Pindorama, Parque dos Nobres, Parque Timbiras, Vila dos Nobres, Primavera, Conjunto Dom Sebastião, Bom Jesus, Coroadinho, Vila dos Frades, Vila Conceição, Salina do Sacavém, Coroado, Redenção, Filipinho, Sitio Leal, Túnel do Sacavém, Sacavém e Coheb do Sacavém.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Desembargador Raimundo Melo é plnatonista desta segunda (23)

O desembargador Raimundo Melo responderá pelo plantão judicial de 2º grau até domingo (29). O período inclui o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e criminal, na tarde desta segunda-feira (23), quando o expediente do Judiciário será das 8h às 12h, em função do terceiro jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo, a partir das 17 horas.

A alteração no horário de expediente nos órgãos da justiça estadual em dias de jogos da seleção brasileira está relacionada em portaria conjunta (nº 22/2014) do Tribunal de Justiça (TJMA) e Corregedoria Geral (CGJ), publicada no Portal do Judiciário e no Diário da Justiça Eletrônico.

Caso o Brasil seja classificado para a etapa seguinte da competição, devem permanecer as mesmas regras estabelecidas na portaria para os dias de jogos da seleção brasileira. A diferença entre a jornada diária normal e a fixada pela portaria deverá ser compensada, sob a supervisão da chefia imediata.

PLANTAO O serviço de Plantão da Justiça de 1º Grau atende pelo telefone (98) 8802-1503. Os servidores plantonistas de 2º grau são Igo Leonardo Souza e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados pelo telefone (98) 8815-8344.

Assessoria de Comunicação do TJMA ascom@tjma.jus.br

(98) 3198.4370

Telejudiciário e Ouvidoria passam a funcionar no Fórum de São Luís

A unificação dos serviços visa maior agilidade no tempo de resposta às demandas

O Telejudiciário e a Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão estão funcionando integrados num mesmo ambiente, no andar térreo do Fórum de São Luís (Calhau). Com a unificação, ambos os órgãos passam a atender pelo número 0800 707 1581 (ligação gratuita).

O Telejudiciário funcionava no segundo andar da sede do TJMA (Av. Pedro II). Já a Ouvidoria, estava instalada no Shopping do Cidadão, no Jaracati. A mudança, proposta pelo ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten Pereira, visa proporcionar maior aproximação dos órgãos com a população e agilidade no tempo de resposta das demandas.

"Ambos são canais que aproximam o cidadão do Poder Judiciário. O Telejudiciário, além de informar e orientar os que procuram a Justiça estadual, auxilia a Ouvidoria atendendo e encaminhando manifestações dos usuários sobre a qualidade das atividades jurisdicionais, destaca Velten Pereira.

Nos últimos quatro meses, o Telejudiciário foi acionado por mais de 6 mil pessoas interessadas em informações sobre o Poder Judiciário, além de consultas às movimentações processuais, plantões, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras 42 opções disponíveis.

Uma equipe de 17 atendentes, um supervisor e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor. Em média, são atendidas 3 mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 42 serviços diferenciados. A média diária do trimestre é de 143 atendimentos. O serviço pode ser acessado também pelo e-mail telejudiciario@tjma.jus.br.

Utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema ATTENDE. A ferramenta permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses sejam encaminhadas automaticamente à Ouvidoria do TJMA, por meio de sistema unificado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

OUVIDORIA O setor da ouvidoria recebe dúvidas, reclamações, pedidos de informação, denúncias, sugestões, recursos e elogios formulados pelos cidadãos a respeito do Judiciário e dos serviços prestados pelos servidores e magistrados. Em 2013, o item reclamações liderou a lista das manifestações, com 2.222 registros; em segundo lugar, pedidos de informação, com 590; em seguida, denúncias, com 104, e dúvidas, com 76 registros.

O serviço pode ser acionado, pelo 0800 707 1581, por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br), Fale Conosco da Corregedoria e da Presidência, e audiências públicas nas comarcas.

Entre as atribuições do órgão está o gerenciamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do TJMA, que consiste no recebimento, registro, controle e resposta das solicitações encaminhadas à ouvidoria.

O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um criterioso trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.

Irma Helenn

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

Notícia: Fachada do TJMA recebe iluminação especial com as cores do Brasil

A fachada do Palácio Clóvis Bevilácqua, sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), recebeu iluminação especial para a Copa, trazendo cores da bandeira do Brasil. O projeto foi desenvolvido pelo setor de engenharia do Judiciário, sob a coordenação do Cerimonial.

Lâmpadas e refletores verdes, amarelos, azuis e brancos iluminam todo o traçado das janelas e das colunas firmadas sob as escadarias do prédio. O efeito proporcionado pelo reflexo das luzes realça a arquitetura e chama a atenção de quem circula pela Avenida Pedro II à noite.

O monumento, fundado em 1948, é parada obrigatória de turistas e pessoas que se interessam em conhecer os prédios e casarões históricos do Maranhão. Construído em estilo neoclássico, com frontão triangular, sustentado por colunas no estilo coríntios, o palácio leva o nome do jurista e legislador cearense, autor do projeto do Código Civil brasileiro (1899) quando foi Ministro da Justiça. De três pavimentos, abriga atualmente as sessões plenárias do colegiado de desembargadores e das câmaras isoladas cíveis e criminais.

Fonte: AssCom TJMA.